

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021

(Do Dep. Léo de Brito)

Solicita audiência pública para discutir a disponibilidade de energia elétrica no Brasil, bem como os riscos de racionamento e as medidas adotadas pelo governo federal para garantir o fornecimento da mesma.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para discutir os riscos de racionamento de energia elétrica, os impactos econômicos do desabastecimento para o país e as medidas adotadas pelo governo federal para assegurar a disponibilidade de energia.

Para a audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Sr. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior – Ministro de Minas e Energia;
- Sr. André Pepitone da Nóbrega – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Nelson José Hubner Moreira – consultor sênior em energia e ex-Ministro de Minas e Energia;
- Sr. Maurício Tiommo Tolmasquim – Professor da Escola de Engenharia da



Universidade Federal do RJ e ex-presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE);

- Sr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor de Planejamento Energético da COOPE/UFRJ e ex-presidente da Eletrobras;
- Sra. Marilena Lazzarini – Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC);
- Sr. Luiz Eduardo Ramos - Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

JUSTIFICAÇÃO

Em meio à maior crise sanitária de sua história, a população brasileira subitamente toma conhecimento de uma nova e assustadora ameaça – o risco de racionamento de energia elétrica. A nova crise de apagão é revelada pelo governo federal na forma de “alertas”, que aparentam anteceder medidas extremas de suspensão do fornecimento de energia. As autoridades do setor se dizem surpreendidas pela gravidade da situação, e apontam quadros de escassez hídrica como as responsáveis pelo colapso que se avizinha. No entanto, até poucos meses atrás, o governo federal afirmava que o sistema elétrico brasileiro estava preparado para enfrentar qualquer crise – e, no entanto, admite agora que a possibilidade de racionamento e de falta de energia é real.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise energética. A ausência de planejamento e a falta de investimentos em geração e transmissão de energia somaram-se à irregularidade das chuvas e obrigaram o governo a tomar medidas drásticas para reduzir o consumo de energia, que não evitaram um apagão. Agora, estamos novamente diante desse quadro dramático, agravado pela pandemia e por uma crise econômica, e os sinais de alerta indicam que poderemos ter um novo racionamento, ao mesmo tempo em que está em discussão a privatização da Eletrobrás, que é responsável por 30% da geração de energia elétrica do país.

O sistema elétrico nacional (SIN) é uma grande rede que se estende por boa parte do país, congregando sistemas de geração e uma malha de transmissão de energia



elétrica que movimenta a energia entre seus subsistemas. Atualmente, o SIN é dividido em 4 subsistemas: Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Norte. A maior parte de nossa matriz energética dentro do SIN é composta por usinas hidroelétricas, seguidas por usinas térmicas e mais recentemente as eólicas, principalmente na região Nordeste do País. Portanto, o sistema elétrico brasileiro envolve uma grande infraestrutura e muita organização e planejamento para que funcione corretamente. A organização e o controle dessa rede complexa, que envolve a atuação de empresas públicas e privadas, é de responsabilidade do governo federal, que é também responsável pelo planejamento de longo prazo, para que não falte energia elétrica aos brasileiros.

Diante de um cenário de falta de chuvas na região das hidrelétricas, principal fonte de geração do país, e esgotada a reserva das demais fontes de energia, como a termelétrica e as fontes alternativas, que já operam no limite, fica evidente que existem erros operacionais e estratégicos e que podem novamente custar muito caro ao país, como aconteceu há 20 anos atrás. Ainda que o racionamento não seja necessário – na melhor das hipóteses – a falta de planejamento estratégico deverá pesar no bolso do consumidor, como acontecerá também com a privatização da Eletrobras.

As medidas anunciadas pelo governo – como a criação de comitês de emergência e medidas de racionamento elétrico nos próximos meses – indicam que houve falhas de planejamento e de coordenação, que necessitam ser imediatamente averiguadas e esclarecidas perante a sociedade. É urgente inquirir todos os órgãos do governo que atuam no setor elétrico e cobrar soluções rápidas e adequadas, evitando causar mais esse sofrimento à população brasileira.

Considerando, portanto, a importância do assunto para a sociedade brasileira, presente e futura, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre os reais riscos ao fornecimento de energia elétrica e os possíveis impactos econômicos de um racionamento de energia, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do tema nessa Comissão de Finanças e Tributação.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de maio de 2021.





Requerimento **(Do Sr. Leo de Brito)**

Solicita audiência pública para discutir a disponibilidade de energia elétrica no Brasil, bem como os riscos de racionamento e as medidas adotadas pelo governo federal para garantir o fornecimento da mesma.

Assinaram eletronicamente o documento CD217782416800, nesta ordem:

- 1 Dep. Leo de Brito (PT/AC)
- 2 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 3 Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)
- 4 Dep. Padre João (PT/MG)

